

**II** - em caso de parcelamento, em 02 meses até 12 meses:

**a)** débito tributário ou não tributário, consolidado, ou das notificações e autos de infração de obrigação principal, com a redução de 70% (setenta por cento) de multas moratórias e de ofício e dos juros;

**b)** nas notificações e autos de infração por descumprimento de obrigação acessória, com redução de 50% (setenta por cento) do valor total atualizado da respectiva autuação.

**III** - para débitos iguais ou superiores a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais):

**a)** débito tributário ou não tributário, consolidado, com redução de 90% (noventa por cento) de multas moratórias e de ofício e de juros, podendo o valor ser parcelado em até 6 (seis) parcelas mensais e sucessivas;

**b)** débito tributário ou não tributário, consolidado, com redução de 60% (sessenta por cento) de multas moratórias e de ofício e de juros, podendo o valor ser parcelado de 7 (sete) até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas.

**§1º** O débito objeto do parcelamento será consolidado no mês do pedido e será dividido pelo número de prestações requerido pelo sujeito passivo, respeitados o número máximo de 12 (doze) meses e parcela mensal não inferior a:

**I** - R\$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoa física e microempreendedor individual (MEI);

**II** - R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para pessoa jurídica optante pelo SIMPLES Nacional no momento da adesão do PREFIS;

**III** - R\$ 500,00 (quinhentos reais) para as demais pessoas jurídicas.

**§2º** O recolhimento de débito de acordo com as regras estipuladas neste artigo não dispensa o pagamento das custas e emolumentos judiciais, taxas cartorárias, honorários advocatícios e demais despesas devidas pela cobrança da dívida.

**§3º** Os honorários advocatícios serão calculados nos percentuais definidos na legislação municipal, tendo como base o valor do crédito tributário resultante da adesão do contribuinte ao PREFIS.

**§4º** Os honorários advocatícios, previstos no §3º deste artigo, serão incluídos no valor da parcela única, na hipótese do inciso I do art. 4º, ou divididos de acordo com o número de parcelas do PREFIS.

**§5º** As parcelas vencidas e não pagas serão acrescidas de juros e multa moratória, observados os critérios estabelecidos na legislação Municipal.

**Art. 5º.** A adesão ao PREFIS condiciona-se ao pagamento da primeira parcela ou da parcela única, que deverá ser feito em até o vencimento dos respectivos documentos de arrecadação municipal.

**Parágrafo Único.** O ingresso no PREFIS impõe, ainda, ao sujeito passivo:

**I** - o cumprimento integral das disposições contidas nesta Lei;

**II** - o pagamento regular dos tributos municipais incidentes sobre a inscrição em que se der a adesão, inclusive àqueles relacionados a fatos geradores ocorridos após o ingresso no PREFIS;

**III** - o cumprimento de todas as obrigações acessórias aplicáveis a cada inscrição.

**Art. 6º** O sujeito passivo será excluído do PREFIS no caso de inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei e em Regulamento, bem como nas seguintes hipóteses:

**I** - atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de qualquer parcela.

**II** - se não promover a desistência e renúncia de que trata o art. 3º, §1º desta Lei, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de adesão ao PREFIS;

**III** - decretação de falência ou extinção pela liquidação da pessoa jurídica;

**IV** - cisão da pessoa jurídica, exceto se a sociedade nova, oriunda da cisão, ou aquela que incorporar a parte do patrimônio assumir solidariamente com a cindida as obrigações do PREFIS;

**V** - a perda da regularidade fiscal, ainda que tal condição se dê por débitos não incluídos no PREFIS.

**§1º** A exclusão do sujeito passivo do PREFIS implica a perda de todos os benefícios desta Lei, bem como o vencimento antecipado das parcelas vincendas.

**§2º** O PREFIS não configura novação prevista no inciso I, do art. 360, do Código Civil.

**§3º** O saldo remanescente do débito parcelado e não honrado somente poderá sofrer novo parcelamento ou reparcèlement, a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Fazenda e sob expressa autorização desta, desde que não caracterizada a prática contumaz de utilização de artifício para o fornecimento de certidão de regularidade fiscal.

**§4º** A exclusão do sujeito passivo do parcelamento a que se refere esta Lei, independe de notificação prévia e implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e automática execução da garantia prestada, quando existente, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

**Art. 7º** Não serão restituídas, no todo ou em parte, com fundamento nas disposições desta Lei, quaisquer importâncias recolhidas anteriormente ao início de sua vigência.

**Art. 8º** As normas relativas ao PREFIS terão vigência do dia 11 de dezembro de 2023 até 28 de dezembro de 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ**, em 06 de dezembro de 2023.

**JHC**

Prefeito de Maceió

**Publicado por:**

Evandro José Cordeiro

**Código Identificador:**603B410B

## **ATOS E DESPACHOS DO PREFEITO DE MACEIÓ PORTARIA Nº. 6109 MACEIÓ/AL, 06 DE DEZEMBRO DE 2023.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Exonerar, a pedido, **LUCIANO SOBRAL CARTAXO**, do cargo em comissão de **Coordenador Geral da Coordenação Geral de Educação Corporativa e de Gestão**, Símbolo **DAS-3**, CPF nº. **953.230.584-04**, do(a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E PATRIMÔNIO - SEMGE**, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**JHC**

Prefeito de Maceió

**Publicado por:**

Evandro José Cordeiro

**Código Identificador:**B9156F14

## **ATOS E DESPACHOS DO PREFEITO DE MACEIÓ LEI Nº 7.440 MACEIÓ/AL, 06 DE DEZEMBRO DE 2023**

**PROJETO DE LEI Nº. 658/2023**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

**ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 6.900, DE 18 DE JUNHO DE 2019, QUE CONCEDE BENEFÍCIOS FISCAIS A PESSOAS FÍSICA E JURÍDICAS QUE SE TRADUZIRAM EM PERDAS ECONÔMICAS EM RAZÃO DE EVENTOS DE INSTABILIDADE DO SOLO QUE ATINGEM OS BAIRROS DO BEBEDOURO, MUTANGE, PINHEIRO, DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, faz saber que a Câmara Municipal de Maceió decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** A Ementa da Lei 6.900, de 18 de junho de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Concede benefícios fiscais a pessoas físicas e jurídicas alcançados por fatos que se traduziram em perdas econômicas em razão de eventos de instabilidade do solo que atingem os bairros do Bebedouro, Mutange, Pinheiro, Bom Parto e Chã de Bebedouro, do Município de Maceió, e dá outras providências.” (NR)

**Art. 2º** O art. 1º da Lei 6.900, de 18 de junho de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre benefícios fiscais a imóveis, bem como a pessoas físicas e jurídicas, de qualquer espécie, alcançados por fatos públicos e notórios, que se traduzam em eventos que causaram fissuras e rachaduras em unidades imobiliárias e vias públicas, bem como afundamentos de solos e aparecimento de crateras nas ruas que atingem direta ou indiretamente os bairros do Bebedouro, Mutange, Pinheiro, Bom Parto, Chã de Bebedouro e demais áreas afetadas, devidamente identificadas e definidas por Ato do Poder Executivo.” (NR)

**Art. 3º** Ficam acrescidos, na Lei nº 6.900, de 18 de junho de 2019, os dispositivos abaixo, que passam a vigorar com as seguintes redações ou acréscimos:

“**Art. 4º-A** Ficam isentos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) os imóveis de proprietários que tenha sido realocados em razão do afundamento de solo decorrentes da mineração, desde que obedecidos os seguintes requisitos:

I – único imóvel de titularidade do beneficiário e utilizado como residência pelo proprietário e seus familiares;

II – único imóvel de titularidade do beneficiário e utilizado no exercício da atividade econômica, no caso de pessoas jurídicas;

III – o imóvel ao qual recairá o benefício fiscal seja de padrão construtivo igual ou até dois padrões construtivos superiores;

IV – protocolização do requerimento administrativo.

§ 1º Na hipótese de que o beneficiário tenha mais de um imóvel em seu nome, a isenção de que trata esta Lei se aplicará apenas ao imóvel objeto de residência familiar ou exercício de atividade econômica, não alcançando outros imóveis de mesma titularidade ou de titularidade de familiares em imóveis já beneficiados.

§ 2º O benefício da isenção está condicionado a protocolização do requerimento administrativo.

§ 3º O único imóvel a qual se aplicará os efeitos fiscais definidos por esta Lei é o imóvel atual de residência ou exercício da atividade econômica do contribuinte beneficiário, independentemente de sua atual localização.

§ 4º O contribuinte terá até 2 (dois) anos contados da publicação desta Lei, para requerer administrativamente a isenção de que trata este artigo, que produzirá efeitos pelo prazo descrito no Art. 4º-B desta Lei.

**Parágrafo único.** Decairá o direito à concessão dos benefícios fiscais desta lei ao contribuinte, caso não ingresse com o requerimento administrativo no prazo estabelecido do parágrafo acima.

**Art. 4º-B** O período de isenção a que se refere o art. 4º desta Lei fica prorrogado até o dia 30 de dezembro de 2028, desde que os respectivos imóveis não tenham sido objeto de acordos de compensação financeira assinados pelos moradores do respectivo imóvel.

§ 1º Uma vez realizado acordo de compensação financeira, fica o adquirente obrigado a comunicar a Prefeitura de Maceió a conclusão dos negócios.

§ 2º O descumprimento do disposto no § 1º deste artigo incidirá em aplicação de multa de R\$ 10.000,00 por imóvel não declarado ou declarado fora do prazo.

§ 3º Os efeitos tributários de que trata esta Lei se extinguirão para o adquirente com a efetivação do respectivo acordo de compensação financeira, independentemente da comunicação de que trata o § 2º deste artigo.

§ 4º O proprietário que tenha seu imóvel transferido em razão de acordo de compensação financeira pode comunicar tal fato a Prefeitura de Maceió, para fins do que dispõe esse artigo.

**Art. 4º-C** Os contribuintes que efetivamente exercerem atividades econômicas nos bairros atingidos pelos eventos de que trata esta Lei, recolherão o ISS com aplicação de alíquota mínima de 2% (dois por cento), independentemente da atividade desenvolvida.

§ 1º. Não serão alcançados pelos benefícios fiscais de que trata o caput deste artigo empresas virtuais, endereços eletrônicos, coworking, caixas postais virtuais e serviços descritos nos itens 07, 10, 23, 28 do art. 8º da Lei nº 6.685, de 18 de agosto de 2017 (Código Tributário do Município de Maceió) ou qualquer atividade em que a instalação da empresa seja apenas para fins de recebimento de benefício fiscal sem realização de atividade econômica no local.

§ 2º. Os contribuintes optantes pelo regime de tributação do Simples Nacional, serão regidos pela legislação própria do Simples Nacional.

**Art. 4º-D** No tocante as taxas municipais descritas no §2º do art. 4º desta Lei, ficam seus efeitos prorrogados até 30 de dezembro de 2028, mantendo-se inalteradas todas as demais disposições.

**Art. 4º-E** Sem prejuízo do disposto nesta Lei, em caso de realização de acordo de compensação financeira, o antigo proprietário de imóveis atingidos pelos eventos de que trata essa lei será isento de ITBI quando da aquisição de outra propriedade, observado os seguintes limites:

I – a isenção será válida para única aquisição de imóveis;

II – o pedido de isenção terá que ser feito durante a vigência desta Lei;

III – no requerimento do ITBI deverá ser informado que se trata da isenção veiculada por esta Lei, assim como os documentos comprobatórios.” (AC)

.....

“**Art. 10-A** Esta Lei abrange os seguintes tributos, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza; Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana; Imposto de Transmissão Onerosa Inter Vivos de Bens Imóveis; Taxa de Licença para Publicidade; Taxa de Licença para Instalação; Taxa de Licença para Funcionamento; Taxa de Licença para o Comércio Eventual ou Ambulante; Taxa de Vigilância Sanitária; Taxa de Coleta, Transporte e/ou Destinação de Resíduos Sólidos Domiciliares Urbanos e Taxas Ambientais.”

**Art. 4º** Mantém-se inalterados os artigos e cláusulas da Lei nº 6.900, de 18 de junho de 2019, no que não for conflitante com esta Lei.

**Art. 5º** A Secretaria Municipal de Fazenda poderá expedir atos necessários ao fiel cumprimento desta Lei.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigência na data de sua publicação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ**, em 06 de dezembro de 2023.

**JHC**

Prefeito de Maceió

**Publicado por:**

Evandro José Cordeiro

**Código Identificador:**0E663028

## ATOS E DESPACHOS DO PREFEITO DE MACEIÓ PORTARIA Nº. 6110 MACEIÓ/AL, 06 DE DEZEMBRO DE 2023.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Exonerar, a pedido, **DANILO FREITAS DA SILVA**, do cargo em comissão de **Coordenador Geral da Coordenadoria Geral de Políticas de Administração**, Símbolo **DAS-3**, CPF nº. **061.507.254-21**, do(a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E PATRIMÔNIO - SEMGE**, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**JHC**

Prefeito de Maceió